

ANTT, MNE, Cx. 78, Mº, 4, doc. 62

Hydrodinamica politica ou considerações sobre
a Constituição Portuguesa, 1823

João Bernardo Pereira de Andrade e Beja

M. N. E., CX. 18 M.º 4 N.º 62



Vem he a honra de levar a presença de V. Ex.ª a primeira produção de meus trabalhos litterarios com o nome de Hieronyma mica Politica ou considerações sobre a Constituição Portuguesa do anno cento e dois, levando-me a isto os grandes conhecimentos que a bem do Estado V. Ex.ª tem desenvolvido a face da Europa, e o bom merito a pouco que Sua Magestade tem feito d'elles por me confiar os mais importantes empregos do Reino, entre os quaes não tem menor lugar o de Presidente da Junta encarregada do Projecto da Carta Portuguesa. Esta memoria por comprehendida e desempenhada no tempo do Governo da rebelião triunfante, não estava destinada a apparecer neste traje; mas deia os naves desonheada entre povos estranhos, para preparar feitos que acrisolaram a liberdade Portuguesa restituindo a Monarchia seu antigo esplendor. Felizmente os acontecimentos anticiparam-se, sem que tivesse sobre a ultima mão aos meus trabalhos, por perseguido como inimigo da rebelião polto Juiz de Fora desta Villa Jose Fortunato Ferreira de Castro e Freitas, que tomou o tombo de ser não menos sollicito que devoto agente do Directorio Portuguez entrando nos interesses da facção rebelde: porém não fez mingua minha pobre contribuição. Com tudo he ainda mister apagar no espirito dos ab-

acimados as idéas da quimérica igualdade e liberdade consagradas pela facção
subversiva do altar e do throno, para a troco da felicidade possível, lança
grilhões aos Portuguezes: por isso vou pôr ao offerecer a V. Ex.^a meu modo
de pensar sobre tão quiméricos como subversivos principies. Heitando V. Ex.^a
benignamente esta minha offerta terei hum ponderoso motivo para meu
reconhecimento, e para mostrar que sou com o mais profundo respeito

De V. Ex.^a

Alto e Lo. mo Senhor

Gouvea 7. de Julho
de 1823.

O mais fiel e reverente criado

João Bernardo Pereira de Almeida e Silva

SPRINGER'S POLISH,

OR



CONSERVES D'ARTS ET MÉTIERS

DE LA POLONIE.

Com o pretexto de que todos os homens nascem iguaes / os ge-
nios brilhantes / procurão confundir as qualidades, e apre-
goão esta igualdade quimérica com o fim de dominar os
outros.

Ramsay Ray. de Luz. 2

Advertencia.

No mundo tudo muda: o tempo mesmo que tudo começa e tudo acaba não se esquivava a esta dura lei. Ali as instituições dos homens não podem ser permanentes por terem em si a causa de sua ruína, que cedo ou tarde as obriga a entrar no mesmo giro a que o homem he sujeito. Tu pobre escrigo tens corrido a mesma sorte. A desgraça da minha Pátria, dando-te o nascimento, parecia haver-te condemnado á escuridão, ou a andar pelo mundo desconhecido. Agora porém vais entrar nelle sobaipo de felizes auspícios, encubando-te hum respeitavel nome. Com tudo não faltará quem te achemine. Gentes encontrarás de toda a laia; humas que te de-trahirão por espirito de partido, outras de quem só obterás mo-tejos e risadas por menos inteligentes, e em tudo decidiram por authoridade. A estes pede-lhe que te não leão, porque nem tu has tomado por elles o trabalho de correr o mundo. Vais para ser lido e julgado por gentes de rarão e impravices; gentes de au-thoridades e de partidos comtigo não coquem. Se te notarem de descurado, torna-lhe que assi rios achamos feitos no mundo, e fazendo cada hum a seu modo: hums fallão porque pensão, outros fallão porque ouvem fallar: se tudo se corrigir o mundo. Porisso com estes nada queiras; daquelles tudo aceita. Se te emenda-rem fica satisfeito, na certeza de que achaste entre elles al-guem cabimento.



MEMÓRIAS MANUSCRIPTAS

OU

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO PORTUGUEZA.

CAPITULO PRIMEIRO.



Quadro da Revolução de Portugal no anno de 1820.

Está acabado o tempo de enganar os homens, dizia o Principe Real no seu manifesto. Está acabado o tempo de enganar os Povos por meio de frivolos pretextos, e contellos sujeitos aos caprichos ~~de~~ ^{dos} ~~governos~~, quandoahi não vai seu interesse, nem seu respeito a velhas opiniões ou antigos hábitos.

Uma vil traição ardida na Europa, e desenvolvida em Portugal no anno vinte do corrente seculo alterou o seu sistema politico com ~~geração~~ ^{geração}. O dia 25 de Agosto desse anno tão celebrado pelos facciosos, como execrável para todos os bons Portuguezes marca a epoca de tão infame rebeldia

liberdade. O estandarte da revolta appareceu com o dia anono-
do na cidade do Porto, e o grito da igualdade e da liberdade se
fez soar em breve tempo des de o Minho até o Guadiana.

Muito não tardou que os rebeldes se ajuntassem em Lis-
boa, antiga sede do Governo Portuguez, e lá se arvorassem Go-
vernadores do Reino, sem muito se cansarem com obter nomea-
ção ou confirmação de El-Rei, sem a qual tudo era nullo, por
estarem nelle legitimamente concentrados todos os poderes do
Estado; nem sequer consultarem a vontade geral da Nação, cu-
ja soberania proclamavam, por assim melhor lhes hir.

Procederão a nomeação de buona gente, à qual foi en-
comendado o plano sobre a forma porque devião ser feitas as
Eleições dos Deputados às Cortes, nas quaes ~~havia~~ ser formada
a Constituição, que ja des de o dia 1.º de Agosto tinham preco-
nizado e feito jurar todos os Povos. Coura nunca vista! Obri-
gar a jurar, e jurar o que não tinha ainda buona exis-
tencia?... Que principios!! Que procedimento de buoni
homens que se devião Regenerar!! Tais incoherencias e
illegalidades foram por elles bem conhecidas; porque nem
de outra maneira obrigariaõ os empregados a jurar as Pa-
zes

res da Constituição, e ao depois a propria Constituição, aquil-
las no dia 29 de Março do anno vinte e hum, esta no dia
3 de Novembro do anno vinte e seis: era mister illudir
o Povo. Porem que boa fé, que caracter, que moral !!!
Aburarem da ignorancia do Povo, aproveitarem-se de sua en-
doidade, e por melhor ligarem-lhe as mãos, e não se verem
esportos a serem desmentidos de se dixerem chamados prola
voz geral da Nação, servirem-se do sagrado vinculo do jurar-
mento, que por topiar em Religião ha para elle dos mais san-
tos; e que a fora não por ~~motivos~~ de moral e politica deve ser
lo para todo o homem honrado e bom cidadão !! Assim se
profanao couros tão sagradas ! Similhança ao se faz da
complacencia do Povo ! Será isto o que chamao ~~regeneração~~ ?
Deste modo será que procedem os ~~regeneradores~~ !



Mas tomando ao meu assumpto, a Junta era com-
posta de confidentes, os partidos chocavão-se, e ella fluctu-
ava no mar das opiniões. Geralmente se accedia a huma
Constituição, porém os Revolucionários não convinhão bem no ar-
ranjamento dos poderes politicos reinava a divisão. Tão
havia que pretendião a preponderancia da Democracia;
era o maior numero, e tudo devia ter da forma porque as

Leis fôrsem convocadas. Exaltava-se a Constituição Regia-
riola de 1812, e pretendia-se outra mais liberal do que
ella. Ralhava-se contra o Despotismo Ministerial, e de-
zava-se alevantar hum trono ao Despotismo Popular; odia-
vão-se os ferros de hum, e suspirava-se pelos grilhões de
muitos. Finalmente queria-se humma reforma em todo o
Estado, porque se tomava de nojo olhando para a antiga
forma de Governo, e com ella para todos os antigos usos e
costumes: e como vogava o amor da novidade e do estrangei-
rismo, desprezavão-se as respeitaveis canis de nossos maiores, sem
se arrecearem as sanguinarias lições da Europa.

Todos querião, e ninguém sabia o que nem como, por
~~perderam~~ arreceião mal para suas liberdades, em quanto ou-
tros temião ~~perder~~ suas vidas. Todos desejavão ter partido,
e todos desconfiavão saber mal aquinhoados. Nesta choque
de interesses mal se podia satisfazer: a effervescencia das
paixões fazia esquecer geralmente, que as leis são verdadei-
ros males (1), porém que devem tolerar-se quando tem por
feto favorecer bens mais importantes, e atalhar males ma-
is transcendentis; porque na sociedade e na natureza
andão sempre ambos de mistura. Querião humma de

(1) J. Bentham, Princ. gen. de legist. cap. 10.

que se ajustasse ao seu pensar e aos seus interesses, e proclamação que de outra maneira encontrava não menos a natureza do que a vontade da Nação (2). Não são estes miseráveis, que os encrenecidos costumes de hum sociedade devem aproveitar-se e não combater-se, porque empunhando aui depois. Mas he quem perdella (3). A sociedade tem seu nascer e seu morrer, e o espaço que medea entre estes dois extremos he sujeito a infirmitades; sua divergencia deve muitas vezes promover-se na certeza de que o tempo de sua duração em não poucas occasiões se encurta pollo ataque. Este corpo moral corre a mesma sorte, segue o mesmo patho que os corpos físicos; porque todos tem sua adolescencia e sua decrepitude, e o tempo vai devorando-os de modo que o instante que segue a creação leva ja encurtada a epoca de sua existencia (4).

2) Depois da Libertação triunfante a palacra Nação não quer dizer o complexo de todos os habitantes de hum territorio dado sujeitos a hum mesmo governo, porém a Sociedade Pedreira. Daqui vem dizer-se vontade da Nação aquillo que tem somente vontade pedreira. Por este modo todos os que não são Pedreiros, não fazendo parte da Nação, vem a ser encurtados ~~deitados~~ a glória. E aqui renovada a destinação dos homens em pessoas e coras, como foi entre os Romanos. Vide, Portuguezes, a liberdade prometida!

3) Monteny. Exp. das leis, liv. 1. cap. 13.

4) Daur. de Arie, Theor. das leis, sec. Entend



No meio destas opiniões e das contrarias estava a Junta do alvô da intriga, e no seu proprio seio tinha o principio da discordia que a espedacava! Cabalava-se por toda a parte e de todo o modo: alibiação, abalroamento, promessas, amiaços, dinheiro, empregos, castigos, insultos, intrigas, trapalhas, finalmente nada se poupava; estava-se em humma guerra surda, e a Junta não soffria o menor fogo. Era obrigada a aporveitar o seu parecer, e todas as considerações politicas vãos podiam favorecer aos Novadores. Para Portugal não erão: lortas souro nova, porque se conhecia desde o anno de 1481 até o de 1697, des de o tempo de El-Rei o Senhor D. Affonso 1.º até a do Senhor D. Pedro 2.º; e por isso se lla, e da Monarquia havia iguaes noticias. A maneira de convocallas tinha sempre sido uniforme e adequada ao systema politico de Portugal, em que o poder Monarchico era preponderante, e todas as instituições decorrião deste principio. Precizava-se amolhar a elle, por não expôr as reacções dos antigos uros e costumes, as choques das opiniões, a opposição dos interesses, ao mal enfim da guerra civil. Todas as mudanços precipitadas ainda que graciosas teir, em jure são junigias (5).

Demais visto que não era de tão pequena monta, que não merecesse bem soria attenção, accrescia no mister tudo

D, Ramsay, Viag. de Lito, liv. 1.º

foras, em modo, a ficar ao menos acobertado com hum especie
 de vên de legalidade aos olhos do Povo e das Nações. Sem
 verdade todos os passos do Governo intêro se pediao des expe-
 cionalmente legalizados, por conter em sua instituição o
 principio da illegalidade; U-Bi não o tinha authoriza-
 do, e todos os Novadores erão culpaveis por felonía (6).

Por tanto faria se preciso reparar pello futuro a impruden-
 cia do passado; proceder em diante segundo as leis, para nos
 bens que se seguissem achar a desculpa fácil perdão pa-
 ra os erros commettidos; porque a bem intencioa utilidade
 he a verdadeira bitolla por onde devem ser medidas as
 acções dos homens, e com ellas as dos Governos.

Leu-se de tais motivos ao que podíamos adquirir pellas
 Instrucções de 31 de Outubro de 1820 prudente forma-
 liou a Junta o seu plano sobre os novos antigos con-
 tumes, accomodando-o quanto nolla estive as ideas do tem-
 po e circumstancias de Portugal. Porem mal enchia elle as
 medidas de hum pequena parte dos Novadores: gritarão to-
 dos contra o plano com razões differentes, humas que se
 pavao nas paixões, outras nos interesses, mas todas pre-
 textadas com especiosos motivos de justiça e publica utili-
 dade. Tocou então o arrebate a desordia, ameaçando se

6) Ord. Liv. 5. Tit. 6. - Al. de 30 de Março de 1818.

attribution com a degeneração dos homens no estado social, querendo persuadir-nos que he Sangue-O sangue dos Indios Orientaes e os Bengos e os Enjokos de Loango são homens que vivem no pretendido estado natural (3). Eu acredito da boamente a degeneração da especie humana, porque não acho motivos para o homem estar isento das vicissitudes, a que todas as demais produções estão sujeitas; com tudo a similitude destes animais na construção não prova a identidade da especie. Muitos povos tem vivido errantes e inda hoje vivem (4); mas povo errante não he homem isolado. Portanto pode concluir-se affoutamente que a exaltada soberania nacional he humma pura quimera, por ter seu fundamento n'hum pretendido contracto, e este n'hum celebre estado ao qual só a imaginação deu existencia. Não o principio das sociedades deve ser outro qualques que seja.

Se a necessidade formou as procriações, a doutrina e a força fez os imperios; e os habitos e as comodidades da vida social tem conservado hums e outros. Determinar a primeira forma de governo, que tiveram os differentes Estados, he portender asseverar humma cousa para que nos faltão provas, por subis

3) J. Rouss. Disc. sobre a Desigualdade das Cond.

4) Roberts. Methode Charit. 5. Introd. Sec. 1. - Volm. King. a. 18. cap. 25.

a tempos tão antigos que della a historia não nos conserva a menor noticia. Com tudo pode dizer-se sem medo de errar, que os Governos receberão diferentes formas segundo as diferentes circumstancias, e que as mudanças desta, produzirão novas formas, porque na sociedade assim como na natureza se observão acções e reacções, por estar tudo n'hum e outra em continuado movimento.

Não tambem neste balanço continuo esteve a Hespanha desda a invasão dos Sarracenos, que mal alcança a historia, até a expulsão dos Mouros pelos Christãos escapados ou subtraídos a seu jugo nas montanhas das Asturias. A civilização, as guerras com a França, e as diviões internas tinham enfraquecido estes Mahometanos, e a sua separação dos Africanos e dos Califas abriu as portas a sua ruina (5). Os Christãos levantaram-se prementidos da fragura de seus contrarios, e cada Provincia se arvorou em Reino: porem muitos annos não decorrerão sem que estes diferentes Estados, por revoluções de caramentos, successões, ou conquistas se viessem incorporar nos dous de Castella e Aragão, que o caramento de Fernando com Isabel uniu para seus necessarios (6).

5) Völt. Ens. sobre os Costum. das Naç. cap. 27.

6) Roberts. cit. Introd. sec. 13.



A Constituição Política da Hispanha comanecou nesta época a tomar humma forma constante e regular. Os ueros introduzidos pellos Sarracenos e Godos estavam arraiados sobremaneira, e de tal sorte unidos com a forma do Governo, que em todas as Provincias reconquistadas se observa quasi o mesmo estado civil, e a mesma Constituição Política que entra as demais Nações da Europa. As terras erão possuidas com as mesmas condições, a justiça administrada com as mesmas formalidades, a Nobreza arrogava os mesmos privilégios, e as Cortes exercião a mesma authoridade, por que os Mouros tomados igualmente do espirito de tolerancia que do zelo do puritanismo tinham concedido grandes privilégios aos Christãos, que dellas se aproveitavão menos por affeição a suas instituições, que por odio a seus vencedores (1).

O Governo foi Monarchico moderado pellos Cortes, bem como era nos demais Estados antes da sua incorporação: o Rei exercia o poder executivo, e as Cortes tinham o Legislativo.

Em Aragão erão compohtas de quatro Armas ou classes diferentes; a primeira era formada pollos Nobres; a segunda pollos ordem equestre, ou fidalgos de segunda ordem; e terceira pellos representantes das cidades e villas, que desde

1) Roberti. cit.

a fatura da Constituição tinha acento em Cortes, e a quarta pela
 da ordem Ecclesiastica, composta dos Signatarios da Igreja e
 dos Representantes do baixo Clero (8). Nos outros Estados tu-
 do hia quasi do mesmo modo. Havia a divisaõ das classes; a
 Nobreza compunha a primeira ordem, e desmembava-se
 a distincção entre ella, por que toda era creada por elleis,
 que davão esta qualidade aquelles que torn o serviço na
 guerra, repartindo-lhes as terras conquistadas debaixo das
 mesmas condições, e concedendo-lhes privilegios, que elles
 com o andar do tempo farião mais crescidos com grave
 prejuizo das prerogativas e interesses da Coroa. Os Eccle-
 siasticos erão admittidos, e formavão humma classe; porque
 seu saber, sua riqueza, e ainda mais o respeito que se
 lhes tributava como ministros de J. Christo lhes mere-
 ciaõ esta consideração. As cidades e as Villas erão tam-
 bem chamadas: gozavão por toda a parte grandes pri-
 vilegios, em modo que se a Nobreza se mostrava qu-
 asi abolida e independente da Coroa, os habitantes das
 Cidades e das Villas não lhes cedião a primacia, nem os
 Nobres podião disputar-lha; porque além de sua rique-
 za, seus Procuradores erão relativamente de *seu mais orden*

8) Genon. Martel. Formo de celebrar as Cortes de Aragão.



do Estado em numero tão crecido, e nas decisões das Cortes, havia influencia proporcionada (9).

Com estranha parece semelhante instituição, por encontrada com os principios do feudalismo que de longos tempos dominava a Europa. A causa e a época de seu estabelecimento não podem marcar-se exactamente, por serem omittidas na historia. Com tudo he para crer que ella teve a mesma causa que nos demais Estados Europeos, porque quasi pollo mesmo tempo se dá como existindo na Hispanha. Zurita falla de heima destes *Assemblies Aragonese* junta em 1133 com admissão dos *Procuradores* das Cidades e Villas, e a historia de Henrique 1.^o de Castella menciona como este Principe para a Cidade de Abula escolhes seus *Procuradores* as Cortes juntas em 1390. Em 1229 os Barões de Inglaterra ~~resendo~~ engronhar seu partido contra Henrique 3.^o convidarã as cidades a mandar seus representantes ao Parlamento. Em 1293 as Cidades Imperiaes da Alemanha univeladas com os membros do Corpo Germanico por suas riquezas e immunidades obtiverã formas humilhantes separadas na Dieta. Quasi pollo

9) Merian hist. liv. 18. cap. 19.

mesmo tempo Felipe Bello para contrabalançar o poder dos Nobres, e melhor estender as prerrogativas leaes admit-
tue nos Estados Geraes de França os Representantes das Ci-
dades que tinham obtido carta de Municipalidade (10).
Esta coincidência de épocas leva a concluir que semelhan-
te instituição teve por toda a parte os mesmos princi-
pios, ainda que empregados differentemente segundo
a diversidade das circumstancias.



Na Hespanha parece ter ido tudo como na Inglaterra
e na Alemanha, porque nalguns Estados os Reis erão ele-
tivos, e quasi por toda a parte havia o privilegio da Uni-
ão: assi se chamava a liga formada pelas differentes clas-
sas do Estado contra as pretensões dos Reis, quando erão im-
pugnados de suas liberdades e isenções (11). Pedro 4.^o de Ara-
gão aboliu este privilegio depois de ter vencido humma li-
ga formada contra elle, e apagou com o seu sangue
na presença das Cortes hum privilegio de se. Ma tão fatal
ao Estado, como injurioso à Monarquia (12). Delle tinha
nascido o juramento que he costume dar-sem os Reis no

10) Pfeiffer, *Arquivo da hist. e do Droit publ. de Alem.* - Parquier,
indag. sobre a França.

11) Blanco, *comment.* pag. 661.

12) Zurita, *annales de Aragón* tom. II. pag. 229.

acto da coroação e também se tinha originado o juramento de obediência, que na coroação a Justiça dava ao Rei em nome de todos os Barões, cuja formula era: Nós que valtemos cada hum tanto como vos, e guardamos todos mais do que vos, promettemos obedecer a vosso governo, se mantiverdes nossos privilegios e concessões; alias não (137).

A Justiça era humma authoridade como os Ephors de Esparta e os Tribunos de Roma, encarregado de proteger o Povo contra as pretensões dos Reis. Seus privilegios e attribuições erão tão extensas, que parece, como Sir Roberti, que toda a Nação se havia empenhado em fazer sentir a seus Monarchas o estado de impotencia a que os tinha reduzido. Os Nobres pretendião esta nomeação, e os Reis não querião largalla de si. Quarta deiza intender que a Justiça era na verdade pello Rei e de posto a seu arbitrio, quando os Arragonenses gozavam o anárquico privilegio da União. Mas em 1442 passou a ser vitalicio este império por disposição das Cortes. Este Magistrado era sujeito a hum tribunal chamado Tribunal de Inquirição composto de doze sete membros escolhidos nas Cortes, que tres vezes no anno de vassava de sua conduta publica, e lhe impunha a pe-

pena de confisco, deprezo ou morte em proporção dos delictos de que o achava-
va criminoso. Tinha-se da Nobreza de segunda ordem, porque a No-
breza da primeira não era sujeita a penas capitais; e a segurança
publica exigia se responsabilizasse pelos abusos da auctoridade con-
fiada (114).

Pello que deisso se to parece que o Justitia foi instituido para
rehiber a opressão dos Nobres e fizesse barreira ao Poder Real sendo
esta tambem humra razão para ser escolhido n'humra classe igu-
almente interessada em contrabalançar os dous poderes.

Aqui tudo confirmo que as mesmas causas que em 1229
fizerão admittir no Parlamento Ingles os representantes das Ci-
dades e em 1293 fizerão conceder na Dieta hum ~~Parlamento~~ as Ci-
dades de Alemanha, forão as que fizerão das aduente em Cortes de
Cidades e Villas da Hespanha.



Mas como quer que fosse, as Cortes erão formadas nos diffe-
rentes Estados Hespanhoes pello modo que fizia2 se allatado. A
te o commeco do século decimo quarto verificava-se seu ajun-
tamento todos os annos; porem, então deuretor-se que sahi

(114) Foros e observanc. de lein. de Arag. Liv. 1. p. 212, e Liv. 9, p. 182.
Hist. Annua de Arag. T. 2. p. 229. T. 6. ps. 102. Blanca, Comment.
p. 657, 756 de

em diante levão logor de dois em dois annos. A sua authoridade estendia-se a todos os objectos, de sorte que mal se podia chamar leino o Estado onde o poder das Cortes era tão amplo. Sem licença dellas não era permittido impôr tributos, nem bater moeda ou fazer nella a menor alteração. Os tractados da paz e guerra não erão menos da sua competencia, bem como a revisão dos processos e sentenças dos Tribunaes, e a inspecção sobre as administrações (15). Fazião as leis, e reformavão os abusos: n'humra palavra concentravão em si todos os Poderes do Estado.

Tanto n'huns como noutros Estados o Despotismo Popular estava quasi encerrado. As Cortes de Aragão postenderão em 1286 arregar o privilegio de nomear os Membros do Conselho do Rei e os Officiaes da sua Corte. Na Castella as Cortes só deliberavão sobre os subsídios pedidos pella Lei, depois de concluídos todos os negócios de publico interesse para melhor haverem a sanção Real aos novos Estatutos ou Regulamentos (16). As sessões duravão quarenta dias, e a Lei não podia prorrogallas ou dissolvelas, tudo dependia da vontade das Cortes.

(15) Blane. coment. 3. 490. Mart. form. de celeb. as Cort. p. 2.

(16) Zurit. Annua, T. I. p. 1303, e 307. Roberti. cit. p. 217.

"Flamma sociedade, sem Robertson, onde a máquina política
 estava tão mal combinada, e as diferentes partes da legisla-
 ção tão mal equilibradas não podia deixar de ser esposta
 a convulsões interiores, mais violentas e perigosas que a paz
 turbada e a anarquia ordinaria nos governos feudaes. Toda
 a historia da Hespanha confirma a verdade deste juizo.
 Quando o espirito de sedição produzido e animado pollo
 character do governo não era contido e reprimido pollo medo
 immediato das armas dos Mouros, estavam os Hespanhões
 sempre promptos a sublevar-se contra a administração
 de seus reis, e a ultrajar sua pessoa e dignidade (17)."
 Infelizmente João 2.^o de Catalunha, e Henrique 4.^o de Cas-
 tella são tristes provas em abono da proposição do citado Au-
 thor (18).



Porem os legisladores de Cadix, menos entorpecidos a estas
 considerações, que tomados do espirito de desta acobertado com
 o manto de suas antigas instituições, organizarão o seu Go-
 verno pollo modo mais analogo aos equaeidos coros Republicanos
 da Hespanha. Deixarão em abandono a Aristocracia des-
 se tempo, e o Monarquismo que de tantos annos vigorava.

17) Roberts. cit.

18) Hurit. annaes, t. 4. p. 113, 115 & Marian. hist. l. 13. c. 9.

como quem queria para injuria da natureza e do seu le chamaria a vida
 os authores das escandalosas scenas, de que fallei, e que a execração
 tem condemnado a eterno esquecimento. Proclamamos a Liberdade
 Nacional; e do Governo que devia representar o Povo Soberano fi-
 zerão humma Trindade Política, por ser composto das Cortes, do Rei
 e dos Tribunaes (19). A cada humma das partes integrantes assigna-
 mos suas attribuições; mas com tal irregularidade, que bem
 devesa a esperar a renovação das horribes calamidades, que os
 Hispanhoes devem ter ainda de memoria. Proposição que
 justificarei, por não parecer gratuita.

Procur leis e approvallas ou regeitallas, tem como fazer executar
 las, quando approvadas he proprio do Rei no Governo Monarchico mode-
 rado por ser elle cooperador e agente do Poder Legislativo. Offuscar o
 brilho da dignidade que convem a seu caracter, dequindo-o destas im-
 portantes attribuições, alem de incoherente ha humm erro funesto.
 Ainda que elle como chefe do Poder-Executivo tenha a seu cargo
 contra todas as authoridades nos seus limites, com tudo não podera
 reprimir os abusos do Corpo Legislativo, sem estar munido de hum
 ma authoridade capaz de repeller suas decisões, por contrariarem
 a lei fundamental, ou as leis do Estado. A Instituição he
 cial. si estara segura quando o Rei poder com sua influencia
 balancear as levoções do Corpo Legislativo, confirmando-as

19) Const. Hisp. Tit. 2.º Cap. 3.º

ou rejeitando-as (20).

"O corpo legislativo, diz Montesquieu, ~~far-se~~ ha de pôr
 "co se a authoridade executiva não tiver poder para cohibir
 "suas pretensões; porque como pode arrogar o todo o poder
 "que quizer, acabará por destruir as demais authoridades
 (21)." A Assembleia Nacional de França que succedeu
 a Assembleia Constituinte he prova desta verdade, porque
 terminou sem difficuldade a Constituição Francêza, não
 tendo o Rei authoridade com que podesse mantella contra
 a vontade dos seus Representantes. Exemplo que os His-
 panhões não procurarão imitar.

A Constituição Hispanholla assigna ao Rei o Poder Executivo,
 e parte no Legislativo (22): mas são taes as clausulas, que as attribui-
 ções Reaes ficam perfeitamente aniquiladas. No Legislativo a San-
 ção Real he dada por dada, se no primeiro espaço de trinta dias
 não he dada ou negada (23): negando-a deve declarar os motivos
 que para isso teve (24), e none caso a lei pode ser-lhe proposta
 no anno seguinte; mas se tornar a negalla, e as Cortes insistirem

20) Daut. de Brie, Theor. das leis soc. L. 4. cap. 1.

21) Spirit. das leis, Liv. 11. cap. 6.

22) Const. Esp. §. 15, e 16.

23) Id. §. 145.

24) Id. §. 144.



no terceiro anno consecutivo, presume-se que o Rei a sancionou, e effectivamente he obrigado a sancionalla, e como tal se publica (25). No Decretivo não goza melhor condição, a pesar de elle nos proprios expedis todas as ordens necessarias para a execução das leis (26); por que se a assignatura do Ministerio competente as faz executivcis (27), sem que o mandado do Rei o exima da responsabilidade que tem perante as Cortes (28). Por tanto o Governo Espanhol he humo Democracia pura com traços impurestados, para enobrecer com elles o que perde por suas proprias qualidades (29); não nos iludamos com palavras, porque se as attribuições de cada humo das partes elementares do Governo devem decer de sua forma.

Humo Agencia com o nome de Ministerio exerce o poder executivo. A sua testa está o Rei, que he humo novo Doge de Véneta com o seu Conselho. Em certos casos reforça-se este Conselho com outros, que tendo o nome de Conselho de Estado, he bem como em Véneta o Collegio de Sua Sennhoria o

25, Const. Esp. §. 147-9.

26, Id. §. 141, art. 1.

27, Id. §. 225.

28, Id. §. 226.

29, Id. §. 14.

Ministerio. Deve ser ouvido sobre certos objectos, e sem seu voto o Ministerio não pode obrar. Todas as ordens dos membros do Conselho, Agencia ou Ministerio são passadas em nome do Rei, e assignadas pelo Ministerio competente, por ser responsavel perante as Cortes, sem que ellas sejam responsaveis a ninguem. O Povo que as nomeia, assim por ordem dellas lhe outorga.

Por tanto o Poder Executivo he sujeito ao Legislativo como hum mandatario seu: e ligado deste modo não poderá conter a arbitrariedade das Cortes, que hirão cumprindo o poder com damno da mesma Constituição: e chocadas as duas facções, o partido executivo combaterá o legislativo; tomar-se-ha a Nação por testemunha e a Nação será victima.



CAPITULO TERCEIRO.

Cortes Constituintes de Portugal.

A Constituição Hespanholla foi escolhida, como disse para base da Constituição Portuguesa, por ser alicerçada nos principios consagrados pelos povos nos do Liberalismo. Segundo ellas expedirão

nao se instrucções das Authoridades para considerarem os Povos a comprometterem-se em individuos que elegem em seu nome Deputados das Cortes. Insinuações particulares foram conjunctamente enviadas para dirigir os votos. Todos trabalhavão segundo seus interesses, amizades ou ligações, porque todos tinham seu partido, e nenhum queria ceder. Agitavão-se os animos por toda a parte, porque huns querião ver perdidos seus interesses, outry sua fação. Das difficuldades tiravão-se medidas para as negociações; minava-se e contramimava-se. Não reopio os rebeldes parecia cada vez mais grossos em forças, porque obravão de concerto e os outros não se entendião. Em publico todos clamavão se dispassse obras sobre a vontade da Nação, e em particular todos sollicitavão votos. Descrivã-se huns dos outry, e inculpavão-se culpas de que não erão menos cúmplices. *Sty*
 „Evoluções Politicas, diz hum *Escrepitor* Francez, a authorida-
 „de he o ponto da discórdia lançado no meio da Turbithão nacio-
 „nal; todos os partidos o buscão com egual avidia; e he o premi-
 „o dos combates mais obstinados, e o motivo dos odios mais in-
 „placaveis (1).”

Eis como as Nações exprimem livres sua vontade! Eis como em Portugal Triunfa a verdade, e a enoitha de seus Representantes he feita a apporamento de todos os Portuguezes, os rebeldes!!
 — Estes conseguirão na maioria seus perversos intentos, porque soberão dispor com tempo a opinião publicã a seu sabor, e assi

colherão as melhores vantagens. Com tudo isto não foi para elles, muito, ao menos não lhes pareceu tal, por quererem tudo conseguir, e grandes difficuldades lhes fizeram barreira, que era mister vencer. Por isso tornou-se arredar para o diante os estorvos passados, e estabeleceu-se humma forma nova de Eleições, que por mais abreviada parecia mais propria, e por mais igual mais justa. Mas o tempo que nada encobre não tambem em nada tira o engano. Procedeu-se as eleições dos Deputados para as Cortes Ordinarias, e desenvolveu-se com toda a força o veneno de tal medida. A rebeldia bem apigada quasi por toda a parte não poupou os meios ainda os mais indignos: era para ella humma occasiõ loucavel abusar e servir-se da armistade, e intrometter a authoridade, empregando ao mesmo tempo a força e o medo (2). A humma palacina mostrou-se desmascarado em Portugal o soborno acompanhado de todos os crimes de que foi victima Grecia e Roma, e de que a Inglaterra ainda hoje nos offerece hum triste exemplo (3).



Torão estes os resultados da Eleição Directa; torão estes os bens que nella se promettia. Anniquilam-se as graduacões sociais, para sobre ellas se elevar o trono da felicidade nacional. Chamação-se os povos à liberdade, e ensinou-se-lhes propulsores acintamente o

2) Os Agentes do Pedreirismo chamavão isto ajudar a boa causa. Deste modo pance nos principios de sua conducta conseguir os fins, quaes quer que sejam os meios. Ah! Pátifes! Pátifes!! Que não ouzardes vos em crises a portados, se ja agora assim procedeis! Mas....

3) Pellet, Inglat. vista em Lond. cap. 9.

crime. Deve ser objecto das leis dirigir as acções dos homens em
modo a fazer sua ventura, e com ella a felicidade geral: mas fa-
zer leis para demoralizar os povos parece ser maxima dos Refor-
madores. Será acção; mas pode reputar-se sistema, e a repe-
tição leva da suspeita de milagre. Sem duvida he mister
que os males fação frente aos males: mas em proporção de
males sempre o menor, porque na alternativa he hum bem.
Os Reformistas dizem que na eleição directa está o menor mal,
porque pretendem com ella arrebat os estorvos em que ~~estiverão~~
rão os Portuguezes, que fracos avaliadores do merecimento dos ho-
mens escolherão para seus Procuradores muitos que dizem mais
menor capares, por juvenis solteiros ou por estranhos a todo
as lres. Lres que perdidas na morte do Rei Salomão só os Hi-
ronitos (4) com seu incançavel trabalho hão sabido achar,
e em si conservão com theouro que deve hum dia fazer a ven-
tura dos homens, e de que a Constituição Portuguesa he ex-
uberante prova.

Soberanos Legisladores, bem faríeis e sabios Hironitos,
gracaf mil vos sijnã dadas por tantos bens como tendes accom-
tado sobre o povo Portuguez. Só a vossa perspicacia tem sabido
descubrir o meio de promover a felicidade dos homens, fazendo
iguais aquelles que a natureza formou desiguais, e declarando li-
vres aquelles que por força de sua construcção estão sujeitos à dura
lei da necessidade. Nós tendes offuscado a gloria de Solon, de

(4) Nas ceremonias pútreis faze-se commemoção de Salomão, e
chora-se a morte de Hirão, que elles contão por seu mestre: por isso se
lhe dá'agui o nome de Hironitos. H. a sentinela contra os Odi. por J. A. M.

Licurgo, e de Hamolxis: se vos sois dignos de governar os homens, sois iguaes aos Deos.

Não he permitido aos Profanos (5) haver conhecimento de doutrina tão sublimada: todos proferirão opinião contraria, por que a experiencia sua mostra lha ensinar. Deos estabeleceu entre os homens a mesma diversidade, que se observa em todas as suas demais obras. As forças do corpo e do espirito, as paixões, as ideias de commodidade, e os meios de promovelha são evidentes provas da differença que ha entre elles; e são bem assim a causa desta desigualdade, que longe de prejudicar ajuda a vida e a manutenção da sociedade. Se os homens fossem iguaes, a sociedade teria hum existencia ephemera (6).



"A diversidade que ha entre os individuos da especie huma
 "na, diz hum philosofo acreditado, faz neller a desigualdade prin-
 "cipal conservadora da sociedade. Se os homens fossem iguaes em
 "forças e talentos não precisariam hums dos outros: mas a differ-
 "ença das capacidades, e com ella a desigualdade reduzindo-os
 "a hum necessidade reciproca, obriga-os a não viverem isolados.
 "Por tanto esta desigualdade, de que sem razão nos quei-
 "ramos, e a impossibilidade de cada hum por si só trabalhar
 "efficazmente por conseguir hum commoda conservação, fa-
 "5) Os Profanos são este nome aos que não são da seita. O contra-
 "posto he Sagrado, aqui compete lha.

„sendo nos dependentes hums dos outros, nos redanem a venturosa ne-
 „cessidade de conecitas o favor dos outros homens, e viver com elles em
 „sociedade, para repellir com forças communs oque podia offen-
 „der nossos interesses. Daque vem que o fraco vai buscar abrigo
 „à sombra do forte, o qual vai também valer-se da sabedoria,
 „talento, e industria do mais fraco todas as vezes que julga
 „ser nisso a sua utilidade. Nem por outra razão as Nações de-
 „tinquem os cidadãos, que lhes fazem serviços, e segundo suas
 „necessidades honrão e recompensão as pessoas, cujas lizes benefi-
 „cios, succoros e virtudes promovem suas vantagens reais, ou fa-
 „cilitas, prazeres e sensações agradaveis em todo o genero. Por
 „seu influo o genio adquire ascendencia sobre os homens, e
 „fôrça povos inteiros a reconhecerem seu poder. Ahi a des-
 „igualdade e a diversidade das capacidades físicas e moraes redun-
 „do os homens ao estado de necessitarem dos outros homens
 „obriga-os a viver em sociedade, e lhes prova a evidente neces-
 „sidade da moral (7).”

Esta he a linguagem dos homens, porque he a linguagem
 da razão: a experiencia de todos os dias he em seu abono. A
 desigualdade dos homens vai introduzir-se com elles na socie-
 da civil: quisesse banilha he quisesse banir o homem, e cahir-lhe
 a sepultura nas ruinas da sociedade.

7) Leis do mundo físico e moral, P. I. cap. 9.

O systema da igualdade não tendo logar na fisica, não pôde
tello tambem na moral nem na politica: queris sustentalla he
queris perturbar toda a ordem estabelecida com geral desassossegos e
ruina dos Estados. Semelhante maxima alterando a segurança
embota todas as faculdades do homem, e o deixa qual outro vege-
tal sem actividade precipitado no nada da apathia. Com ella
a immolação esmorece, as luez fogem, as artes desaparecem, e
as Nações depois de haverem contado muitos seculos de gloria, tor-
nao-se entao no estado selvagem donde tinham saído (8).



Não se me diga que esta doutrina he falsa e subversi-
va de toda a ordem, porque eu posso retorques, e lançando mão
da historia dos templos piadosos talvez, sustente o que ainda não avan-
ci. Porém dirão, o que he hoje bem vulgar, que pretendo dar ar-
mas aos laicistas para sustentar o Deístermo. Mas por mais
que me disponha attento a ler os annaes do mundo até agora não
pude encontrar povos así denominados. Seria que a todos os
Historiadores e Geographos escapasse povo de tal nome? Tão esque-
cido tem estado, e tão célebre he hoje? Ou talvez se pretendem
falar dos habitantes da Caconba, e que não chegam a lingua?
Suppondo-o elles não me conhecem melhor do que quem ler este
escripto, se chegar a saber do berrador, nem de pessoas sem
linguagem, de modo que para communicar com elles seria
nister entender-me com oser que Harão não ter relações, enta-
bladas com todo o mundo. Logo como dar he armas para des-

stadas. o Despotismo?

Demais a palavra Despotismo tem sido applicada aos Governos que não são Republicanos: porém ou elle compete aos Monarchicos e Republicanos, ou compete a nenhum; porque ou designa disposições particulares exigidas pelas circumstancias, e que são como excepções feitas as leis gerais, e o Despotismo he proprio de todas as formas de Governo; ou significa a administração de hum Estado segundo a vontade daquella que está a testa do Governo, por lá não sendo conhecidas leis, que regulam as acções dos individuos, e o Despotismo não existe (9). Mas concedendo que exista nesta ultima hypothese como poderá minha opinião ministerial ser a mesma? Tanta authoridade merece hum desconhecido? Ou de tanto peso são suas razões? Se isto he, reconhece-se a justiça da causa, que tenho a braço, e eu felicito os que vivem governados pello Despotismo, porque são governados pella verdade, por ser a essência do Despotismo. Ah! quanto me regozijo com tamanha descoberta, por poder fazer com ella a felicidade dos homens. Suas acções reguladas pella verdade não se motivarão pretensões, por não serem imaginadas pella erro, o qual ficando estranho da verdade será por todos conhecido. — Mas demos pressa a concluir esta tarefa, se nella tanto vai interessado o bem da humanidade.

Os homens são dirigidos por sua natureza e a sociedade

9) Arnot, Theor. des lois crim. Introd.

não pode favellos iguaes, porque não pode levar de encontro as leis que
 Deus lhe deu, e aquelles com que rege o mundo; e quando pudesse não
 devera, porque seria a si mesmo destruis-se. He falso, he erro di-
 zer-se que todos nascem, e todos morrem da mesma sorte, porque todos nas-
 cem e todos morrem, mas cada hum de seu modo, e p'isso o con-
 trario he querer levar de chofre as leis da natureza. Suberroj,
 polta experiencia e polta razão, que não ha igualdade nas produ-
 ções da natureza, e muito menos pôde haver identidade. Em toda
 a natureza reina, sim, a proporção, porque tudo nelle são cau-
 sas e effectos, que a seu tempo vem a ser causas produzindo no-
 vos effectos, mas tão variados, como diversas podem ser as combi-
 nações. Igualdade he huma idea sem prototypo, tudo requira des-
 igualdade, tudo a inculca. Logo os homens não podem ser iguaes,
 e porisso não podem ter iguaes direitos, (10) para melhor dizer, exigis
 da sociedade iguaes serviços (10).



O homem he hum ente dotado de sensibilidade e intelligen-
 cia, que tende continuamente a conservar-se dignos. Suas neces-
 sidades, que são como condições necessarias de sua existencia o adver-
 tem disso porfiadas, e suas faculdades lhe metterão meios para

10) A palavra Direito tem sido geralmente considerada como signifi-
 ficando certa vantagem proveniente da lei em favor de hum ou mais
 individuos dados, e contraposta á palavra Obrigação que se ~~deve~~
 significar a necessidade de respeito o beneficio que chamão Direito; sem
 se advertir que Direito juridicamente falando quer dizer Lei ou Colle-
 ção de leis, e que de toda a lei resulta a obrigação que reber, o homẽ

consequente (11). Nenhum grão dado de intelligencia suppõe outro proprio
 modo de sensibilidade, e não tendo os homens igual delicadeza de orgão
 não podem ter igual sensibilidade. Deste modo não podem ter igua-
 es necessidades, nem iguaes meios para suppyllas. Aquelle que mais
 dentro ou forte de maior quantidade de meios tiver a dispor, de maior
 vantagens goza. Tisas. has em favor d'outro menos habel he hum
 meio, que nem a necessidade pode encurar. Assim a desigualdade
 fisica traz com si a desigualdade moral, e com ella a desigual-
 dade dos bens. A natureza do' entrada ao homem tal como se
 hee organizado, e não pode alterar sua natureza, porque aquel-
 la he obra do homem, e esta não he obra da sociedade, e seu
 dispor se he amoldallo para tisas d'ella o maior interesse p-
 sivel. Porém esta maioria de interesses carece de humma con-
 pensação proporcionada, ao menos que não seja a humma soci-
 edade teorica. Por este modo vem a sociedade a admitter a
 desigualdade politica, e a desigualdade civil vem no seu seguimento.

Ora que significa A lei he igual para todos (12)? Os nomes co-
 rrefus do Liberalismo consagramão este principio: mas andamõ elles bem avi-
 zados nisso? Se a lei he igual para todos, todos são iguaes a face da

a necessidade de executalla. da execução da lei resultão Serviços, e
 podem ser geraes ou particulares, affirmativos ou negativos, activos
 ou passivos. De Bentham posue ter antido a necessidade d'esta sacrifici-
 cação. N. Projecto de hum corpo completo de Legislação, cap. 2.

11) Perreau, Elem. de Legist. Nat. P. 1. sec. 1.

12) Const. art. 9

lei; a inversão vale o mesmo, porque a igualdade he estabelecida..
 Creio ter fallado sobretudo sobre ella, ou seja proveniente de leis politi-
 cas, ou de leis civis, porque estas se tal sorte ligadas que nem Aristó-
 tles com suas distincções ou Moxandre com sua aguda serião capazes
 de separallas. Tudo em a natureza he desigual: a lei lo prohibe meno-
 ras esta desigualdade, proporcionando a todos geralmente meios de
 augmentar sua felicidade segundo suas circumstancias, criando o ma-
 ior numero de gozos, porque o gozar e a dor são os unicos incentivos
 do homem. A igualdade he sempre hum bem, e decretar
 a igualdade de serviços he authorizar a insubordinação. As leis
 nunca ceçao de estabelecer desigualdades, porque toda a lei im-
 põem serviços, ~~e~~ ~~que~~ não podem ser proveitosos a hums sem que
 sejam perados a outros. Todo o serviço passivo he hum bem por or-
 ar humma commodidade; todo o serviço activo he hum mal por ac-
 carretar hum incommodo. A igualdade he humma quimera.

(13).



A lei impondo hum bem constitue Delicto a acção que con-
 traria o qro. d'este bem, e porisso ordena e prohibe. Deste modo
 restringe a liberdade dos cidadãos, logo que he a Liberdade de pa-
 ra a aqguiricaõ de hum Bem de epize o sacrificio della? A
 palavra liberdade parece inculcar no homem certa capacidade
 de obras independente de todos os motivos; mas existirá ella?
 O homem será superior a tudo quanto existe, para que nada
 possa influir sobre sua acção? Que exista fora do grande mal.

13) Bentham, Princ. do Cos. Civ. P. I. Cap. 3. e 11.

do, que obrando sempre segundo as leis que Deus lhe impõe, obriga tudo quanto incorre a outras em harmonia com ~~as~~ acções e movimentos que todos os seres produzem na razão de suas energias particulares? Não. O homem pequena porção de todo todo logo que começa a existir, fica sujeito a experimentos as influencias de tudo quanto o rodeia, e obrigado por alguma força irresistível principia a descrever o círculo de variações a que Deus o sujeitou dando-lhe a existência: os ventos que o cercam determinam todas as suas acções. Sem consultar seu querer ou não querer o homem entra no mundo depois de ter recebido alguma organização que de elle não dependa. Independentemente de sua vontade adquire ideas, e forma hábitos tão diferentes como os objectos que lhe forem contrários: nenhuma galacoma sofre continuadas modificações provenientes de causas visíveis ou occultas, que requeira necessariamente seu modo de existir, de pensar e de obrar. Para ser livre seria mister que todos os ventos fossem nulos para elle, e que não tivesse sensibilidade, para não conhecer prazeres nem dor. Porém não estaria nas circumstancias de se conservar ou gozar: sem escolha e indifferente a tudo não saberia o que deveria procurar, ou evitar. Seria então degenerado e incapaz de obrar do modo que vemos.

No mundo todos os corpos estão ligados entre si por suas atmosferas particulares de modo que ha entre elles influencia reciproca. Affli o homem por sujeito a mes-

ma lei tem sua maneira de obrar, segundo as leis gerais da existência combinadas com as da animabilidade, e todas modificadas pelas leis gerais da especie de mysterio com as de sua propria construção. Nello tudo se passa sem sua vontade: os objectos ferem os sentidos, e por estes em continuado contacto com elles soffem suas impressões, que dirigem seu pensamento a influenciar sobre sua vontade, porque ninguém pensa sem ter idéas, nem quer sem ter motivos, por occultos e menos perceptíveis que proprios. Tudo o effecto tem sua causa, porque sem ella nada existe. Quando muitas causas concorrem a determiná-lo nos dispendem a nossa perplexidade em obrar he prova de falta de consideração e não de liberdade. Se de antemão lhe tivermos dado seu devido peso obraríamos promptos, não tendo já que reflectir. A reflexão he a madura consideração dos motivos que nos determinão a obrar, para vermos quaes produzam melhores ou peores effectos. O homem não he livre; nem sua vontade faz que o seja; porque a vontade he simplesmente huma disposição para querer ou não querer. Huma vez razões menos averiguadas influem nella de modo que nos façam ter hum menos discreto procedimento, e por havermos pouco reflectido somos qualificados de imprudentes: outras vezes circunstancias imperiosas nos determinão e o vulgo por natureza, ao alcance de conhecer de nos não nos julga mais avirados. O coriô, homem que taes motivos se offerecem, que nos não temos conhecimentos delles, nem os imaginamos, e só quando

vermos o resultado concluímos de sua existência. Tudo nos prova haver no homem o mesmo encadeamento de causas e effectos, que por toda a parte se observa no grande mundo: nada de liberdade.

O homem por falta de reflecter tem querido desligar-se da natureza, e fazer-se hum pequeno Deus na terra arruando-se hum attributo que não he mais proprio d'elle que de ninguém. A liberdade he humã pura abstracção que a soberba do homem tem pretendido realisar no mundo, ainda que tudo lhe prova sua inexistencia. Entretanto proficundo tem querido faze-la vogar por toda a parte, até mesmo no estado civil, apenas das terriveis catastrophes que o tem advertido de sua loucura. Tanta he sua cegueira!

Alguem ha que convindo de boamente no imaginario de tal sistema persiste affirmado na necessidade d'elle para a conservação e boa ordem da sociedade. Se discussio esta gente por falta de força piceira para se allevantar contra os piqueiros: mais antes quizeram que ella o acenditasse por lição de respeito da dobrez. Pois como ajuram bom de hum homem que repata o erro util a sociedade? Todo o erro he prejudicial; só a verdade pode ser util. Quem quer que os outros vivão no erro, quicá pretende tirar partido de sua cegueira ainda com detrimento d'elles, porque nada ha que justifique suas perturbações. Clama-se quer-seem liberdade não se.

de haver imputação: he outro erro. Liberdade não existe, e no coração do homem pode-se influir só por motivos, porque são estes que determinão a acção. Quando prejudiciais a sociedade por se os resultados podem ser contrabalançados pelos motivos da lei, que devem sempre ser a utilidade publica ajudada da pena contra os infractores. A idea de não-liberdade nunca pôde excusar de seu cumprimento; só a força iuncta de imputação, porque recai então sobre o forçante em descarga do forçado, por ser elle o author do crime.



Cumprir o que a lei manda he obrigação de todo o homem. Se a lei he util para todos, todos a cumprirão; se he prejudicial tem em si a causa da contravenção, e só o medo da pena pode fazer executavel. Eis naquelle a utilidade e o medo influenciando em sua execução, e ambos os motivos determinando a vontade em favor da lei; porque a utilidade do cumprimento e o prejuizo do não cumprimento são maiores do que a utilidade do não cumprimento e o prejuizo do cumprimento: mas quando todos os motivos da lei não são capazes de contrabalançar os que ~~sempre~~ a infringirão, o delicto he certo. Em todos estes casos a liberdade não existe; com tudo na contravenção ha imputabilidade, porque na falta doutros motivos está a razão social que llama pella execução da lei, e se sendo as suas vozes he das hum nuno nova a anarquia. Pollo tanto para se

corrigir a impiedade não se faz mister o sistema da liberdade, porém, sim que o infractor da lei não seja forçado a infringilla, porque a impiedade recai então sobre quem o força pela violencia que lhe fez, estorvando-lhe o cumprimento da lei. Elle foi causa de sua infração, e o interesse social demanda o castigo da sua perversidade. Não confundamos não-liberdade com coacção, porque são palavras distinctas, que têm ideas distinctas.

Chocado em seu orgulho e não achando meios de dispor-se, quicá perseguntará alguém se portando governar ou reformar o mundo. Nada disso; mas partindo moções aos homens a causa de seus males. O systema da liberdade he falso, he erroneo, e não he pericio á sociedade: serve só para encobrir a ignorancia de muitos, porque delle se tem feito hum chavão para tudo explicar: nenhuma outra utilidade pôde ter, e os perigos são incalculaveis.

Toda a lei prescreve a conducta dos homens determinando, ou prohibindo certas acções por elles não o interesse da sociedade. A utilidade geral he o grande objecto da legislação; e encobrir o meio de realisa-la he o grande objecto do legislador (14). Qui tudo o que a lei não manda ou prohibe he permittido a qualq'uer fazer, lo ou deixar de ~~opôr~~ segundo seus interesses, por não haverem motivos que os contrabalancem; mas isto não he sem liços, porque o homem não obra ou deixa de obras sem motivos. A lei somente lhe permittê; dá-lhe licença para fazerlo ou deixar de ~~opôr~~ como melhor lhe convier. Não confundamos liberdade com licença, porque

(14) Benthe. Princ. de Legisl. cap. 1.

a palavra *liberdade*, no seu rigoroso sentido equivale a *permissão*. Os
 nossos Corifeos do liberalismo confundirão-se quando disserão: A liber-
 dade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda,
 nem a deixar de fazer o que a lei não proíbe. A conser-
 vação desta liberdade depende da exacta observancia das leis
 (15). Haverá liberdade por não haver motivos políticos que determi-
 nem ou prohibão a acção? Se a ha, a acção não existe, porque
 a acção he hum effecto, o qual supponhe a existencia de hum cau-
 sa que não cabe com a liberdade. Por tanto existindo acção não
 existe liberdade, porque devem existir motivos efficientes. Liber-
 dade e acção são cousas oppositas, que não podem ligar-se, porque
 se nada nada se faz: Então que he esta liberdade tão decantada
 que os nossos Reformistas decretarão? Elles o dizem: eu não o
 entendo.



Cento e tantos homens juntos n'hum recinto, que disserão:
 Sanctuario das leis, para fazerem a felicidade dos Portuguezes e
 darem lições ao mundo estabelecerão por sobre de todas as leis o
 principio da quimérica liberdade, que tinha sido a móla da Re-
 volução Portuguesa, e que devia continúar a sustentalla em detri-
 mento dos Reis e pacíficos Portuguezes. Alucinados com prin-
 cipios de secta, de que a razão he não deixava conhecer a falsida-
 de, ou o interesse he não permittea, consagrarão a maxima da
 liberdade que junta ao semelhante mente falso que terrível prin-
 cipio de igualdade foi o cimento de todo o edificio social (16). To-

3, Const. art. 2.

16, Bases da Const. de 1826.

marão: os por bexula no meio do pelage immenso que rias a relhas; mas por contrafeita ja mais poderá sustentar se contra o choque dos costumes recebidos e contra o interesse da sociedade Portuguesa. Quando hum edificio he combatido por todos os lados não pode ser duradouro, ao menos que não seja muito bem cimentado e embruido. Porém a igualdade he hum principio de insubordinação, e a liberdade não he menos outro, porque excluindo todos os motivos altera a segurança, e tron apôr de si a anarquia e a dissolução dos Estados. Humna trinta experiencia abona esta verdade, porque se n'hum dia se tem tentado realisar do modo possível este sistema, as revoluções do dia seguinte ja o dissipão alterado. A historia nos mostra os edificios mal alçados dos loga desribados que concluidos. Não de n'humuma parte de ver durar edificios sem fundamentos. Foi reservado a S. Agostinho ver no ar a nova Hierarquia. He mister ver to e tão fornecido de edificios como elle para ver iguaes milagres, que mal o homem pode ver, a não estar bem fixo na fé. Os novos Reformistas, novos Proteos tentará realisar o que antes de les tenha sido humna quimera. S. Agostinho tenha-se contentado com ver no ar a cidade celeste e descrever sua construção; mas os novos Reformistas quizesão ver na terra humna sociedade com bases menos consistentes que o ar.

Os principios de igualdade e de liberdade levão os Heronites, novos legisladores, a decretar humna Representação social. Affinity Porro a hão tido, e alguns a conservão ainda hoje. Entre Portuguezes não era nova; mas muito nova he a forma que elle

derão os Reformadores. Isto deu-lhe muito em que entender, porque de huma parte estavam os costumes da Nação, e doutros os princípios consagrados. Des de o começo da Monarquia era conhecida a divisão das classes, bem como nos demais Estados; mas o princípio dos Reformadores era tudo aniquilar. Começaram os partidos por apparesentes, porque o descontentamento foi geral, vendo huns seus privilégios usurpados, outros seus interesses comprometidos. Porém os Reformadores tendo tudo a seu dispor, e tudo pertencendo a fazerão como lhe aprouzer. Estabelecerão humma Câmara; vingou o Republicanismo. Suas proclamações, eram de grande efeito, porque o Governo intruso inseriu no autographo das Proclamações a clausula de que a Constituição que fizessem não seria menor liberos que a feita em Cadix no anno de 1812. Assim se tinha proclamado em 11 de Novembro de 1820, como se nos devessemos imitar os erros em que outros povos tinham cahido, de nada nos servindo as lições atrevas.

A restrição do Poder Real na approvação das leis foi prohibida pelos mesmos principios. A Constituição Hespanholla concede ao Rei o Veto suspensivo por tres annos; mas a Constituição Portuguesa não lhe concede por tres mezes. O prazo marcado para a sancção Real he de trinta dias, como na Hespanholla; mas he a arbitrio das Cortes determinar menor prazo, quando as leis saírem (17). O Rei ouvido o Conselho de Estado (18)

(17) Const. art. 111.

(18) Id. 167.

pode suspender a sanção, dando-lhe conta motivada, as Cortes; porém, se ellas achão que a lei deve passar, a pesar das razões ponderadas, o lei a sancionará (19). Quando a lei não he sancionada nos prazos mandados, entende-se que a lei a sancionou; e não querendo assignalla, as Cortes mandão publicalla em nome do lei com a assignatura do pino em que o Poder Executivo tem de reahis (20). Assim a Constituição Portuguesa que no Republicanismo sobrestabehe quanto poude a Monarchia, tambem a sobrestabehe em alguns erros. O Poder Executivo está paralisado inteiramente com sua acção, porque as Cortes fazendo tudo são absolutas. Do lei só ha o nome, porque sem pero algum na balança politica ha apenas hum simples Presidente do Directorio Portuguez, o qual he por tudo responsavel as Cortes, sem achas nas ordens do lei de culpa para seu procedimento (21). Por este modo o Governo Portuguez he Democratico, e não Monarchico Constitucional, porque palavras não influem na realidade das cousas. Attribuem-se os antigos erros, e por hum erro de politica, pretendem-se amolhar os Portuguezes as leis, e não se quize, tomar o trabalho de fazer as leis de modo para Portuguezes. "Não conhecemos, como diz hum grande Politico, que a organização social depende de combinações infinitamente variadas. O caracter, os costumes, a aptidão, a religião dos povos, a situação do territorio, sua extensão, população, fertilidade, e temperatura são outras tantas formas á que devem sujeitar-se as leis constitutivas em modo que entre ellas e as disposições da natureza nunca haja a menor opposição. Estes são os

19) Const. art. 110.

20) Id. 114

21) Id. 159 §. 4, 160. § 161.

„precursores da larva social; a qual por maior perfeição das creações politicas exige que o legislador se associe á natureza para trabalhar.
 „rem ambos de concerto na organisação (22).”

Nas subversões máximas da quimerica igualdade e liberdade não influirão menos no arranjo do Poder Judiciario que do Poder Legislativo e Executivo, porque no estabelecimento do Jurado tiveram os Portuguezes humma Instituição Democrática, que para elles foi tão nova quanto opposta a suas costumas. Entre os Portuguezes por antigo uso erão as causas decididas por homens de lei. Os povos em differentes tempos os tinham pedido aos senhores Reis, pollo mal que se haviaõ com os homens leigos e da propria terra, que decidiaõ as causas entre as gentes de seus concelhos segundo suas inclinações ou seus odios, achando sempre em sua ignorancia dinalpa a suas injustiças (23). O bom Rei D. Manuel foi o primeiro que mandou para as terras Juizes de Fora, differendo assi as queixas dos Juizes Ordinarios pellas pollos povos, de que era idolo. Isto não obstante pretende-se que os Juizes Ordinarios sejão novamente estabelecidos entre nos; mudando-lhe o nome no crisma revolucionario, pollo de Juizes Electivos.

Assi a instituição dos jurados era inteiramente desconhecida

22) Daut. de Aze, Introd.

23) Al. de 7. de Fev. de 1782 e 7. de Marc. de 1801.

em Portugal, porque nella a democracia nunca esteve com vo-
ga. Estava reservado ao século dezanove fardella combates para
derrogans alguns alucinados: Além de não haver rarões po-
litticos, de que se apoia, he inteiramente opposta ao interesse
das Nações e socego dos Estados. Favorece a inquietude, e tan-
to basta para deves procurar-se da lista das Instituições lo-
cicas. Embora Filangieri pinta com as mais vivas cores suas
vantagens reais ou presumptivas, e lhe de todo o malha contra-
ponto. He aburo arbitrarior sombreado com bem negros cores,
porque em todos os seus escriptos se mostra o homem aluci-
nado, que vendo o mal da conquesena e não lhe sabendo a
plicios remedios que de pouco a pouco a facção desgraçada
aconceitua a amputação (24). Era opinião de Bonaparte
que para bem moralizar a Europa se faria mister matar toda
a gente maior de sete annos, fizesse bem educas as creanças,
segundo dum novo plano. Hum e outro entravão nas mesmas
victas; porque o Cavallheiro Italiano tinha o systema Demo-
cratico por unica barreira as desgraças dos homens, em quan-
to o Nobre Corso considerava a exploração da geração porrente
como remedio contra a demoralização.

He natural ao homem a precipitação, e o que mais pro-
dentes se dizem não estão intentos de perderem o tempo em crises

24) N.º Science. de Legist. Liv. 13. cap. 16-9.

apertadas. As Cortes Constituintes não padecerão pouco deste mal. Por cegas de seus princípios atropelaram tudo, e quizeram naturalizar entre nós hum planta estranha, só porque nossos paizes se deram servido de antídoto a todos os males. O remédio universal não sei que exista. As molestias são effeitos de diferentes combinações, que alterando a existência produzem sensações desagradaveis, e tão differentes quanto são as combinações. Assim a razão de exemplo não prova a necessidade ou utilidade desta instituição entre nós. Hajaõ boas leis, e sejam bem executadas, que a Nação será feliz.

Legisladores de todas as Nações ouvi as fracas vozes de hum desconhecido. Se tendes a peito a felicidade de vossos povos conservai-lhe quanto possedes suas antigas instituições: preparai-vos bem de antemão para as reformas que for necessario fazeis, porque todas as mudanças repentinas estão sujeitas a gozarem-se antes de se sentir sua utilidade; o povo conhece-a tarde, e nunca a agradece: reformai as leis e reduzi-as a hum código claro e simples, que servindo ao homem de bússula no pelago da vida social o guie no caminho que a sociedade lhe tem traçado: simplificaes a forma dos processos, para que a acção da lei seja prompta: estabelecei penas proporcionadas á gravidade do crime, por não haver escura para a impunidade.



Dada: responsabilizar os Ministros para não abusarem da autoridade, que lhe confastes; mas tendo conta que a rapidez da sua acção não seja paralisada. Tendo assim estas seguranças que he escurada a instituição dos Jurados e todo o mais apparatus, comque estão por toda a parte adornados as Constituições.

Isso não he novo; porque o Senhor Rei D. João querendo despir os povos a receber com gosto novas medidas fez diferentes leis que deviaõ entrar noCodigo como outros tantos titulos; e a Senhora Rainha D. Maria recommendando oCodigo mandou formar sobre as leis existentes amoldadas as circumstancias. Mas calejados com as regras do Governo sabem dirigir docemente os povos para onde mais os chamão seus interesses; e raras vezes são procurados a compizcas medidas violentas, porque ao contrario de gentes a isso menos affeitas sabem cautelosas prever e evitar o perigo.

Para a boa formação das leis require-se madureza no legislador, e para a sua boa execução he mister que ellas sejam os unicos vinculos do Juiz. Qualquer estorvo na execução das leis frustra sua bondade, por empacar seu devido effeito. A instituição dos Jurados longe de servir aos povos por sua segurança contra os abusos dos Juizes, he-lhe inteiramente prejudicial; porque paralisada a acção dos Juizes qualquer pode impunemente provocar a lei. A impunidade he a mãe dos crimes e estas

causa dilataste da sociedade.

Os jurados repartindo com os juizes Setradores o conhecimento do facto podem repartir com elles seus abusos, exultando ou dissipando os crimes, porque sendo todos homens se estes podem commetter, aquelles não o podem menos. Quando a ordem da sociedade he perturbada, cumpre logo restabelece-la forçando os perturbadores com as penas prescriptas na lei, e advertendo assi os demais cidadãos para nunca oviarem imitallor. O desprazo desta maxima accrescentando a impunidade apuella os Nacões, n'hum abismo de desgraças de que tarde chegou a sahir. Mas a supposição dos crimes não he menos funesta a sociedade porque causa hum mal irreparavel, impregnando a fôrça da lei contra victimas innocentes. A sociedade fica privada das vantagens que tinha dellas a expensas, e o povo habituado a outras corrupto ficando para aquelles sobre quem se exerce o rigor da lei suprema a pena decretada. A expenação em vez de recatir sobre o crime, desanega sobre o Juiz e sobre a lei. Eis os males a que inconsiderados juizes expõem a sociedade: mas potta he a abrigo dellas a instituição dos Jurados?

O maior numero de individuos empregados no exame do facto não he da maior utilidade na sua averiguação. Para ser bem conhecido cada facto que haja o maior numero possível de testemunhas dependentes; mas não o maior numero de juizes averiguadores: Heum basta, porque os documentos por si mesmos fallam.



de hum aburo, mais podem aburas muitos, porque as razões de abu-
 ro multiplicando-se na razão do numero dos juizes o expediente
 paraliza-se pela diversidade dos votos, o não-aburo fica ineffecto,
 e a responsabilidade he impossivel de verificar-se.

"O maior perigo da pluralidade, diz hum jurisconsulto Ingles,
 " que n'hum Tribunal, que n'hum concelho administrativo he
 " diminuir a responsabilidade por muitos modos. Hum corpo
 " numeroso, contando affeito com hum especie de condescenden-
 " cia da parte do publico commette injustiças, a que hum só
 " administrador não se aventuraria. N'hum lugar de muitos
 " podem hums imputar aos outros toda a parte odiosa da qual
 " quer disposição. Todos a fazem, e nenhum a approva. Con-
 " susa-o o publico? Tanto mais numerosa he hum corporação,
 " tantas mais forças ganha contra a tempestade da opinião, e
 " tantas mais esperanças concebe de formar hum Estado no
 " meio do estado. He hum pequeno publico, que tem seu es-
 " pírito particular, e protege com seus afiliações aquelles de
 " seus membros, que tem inimigo no desagrado geral. — A
 " unidade convem sempre que he possível.... por fôrça realda,
 " sobre hum só toda a responsabilidade moral ou legal. Não
 " tem com quem repartir a honra de sua conducta, mas to-
 " do o peso do vituperio descarrega sobre elle. La contra todos
 " não tem mais apoio do que a integridade de sua conducta, nem mais
 " defera do que a estrema geral. Se não he inteiro por genero, he-o por
 " necessidade, porque seu interesse he inseparavel de seu dever (25)."

Com a instituição dos Jurados a justiça muitas vezes desará de ser
justiça, e a injustiça será justiça a seu agrado. Seguir-se-ha o
reino de arbitrariedade, porque a lei será inaproveitável. A sociedade
qual não tem lei ou como andará deixando a desordem das pas-
sões, no horroroso mar da anarquia. Os delinquentes não im-
punidos e os inocentes castigados, porque simples ditames de con-
sciência moverão homens sem lei nem cálculo a declarar tal acção
justa ou criminosa (26). A consciencia de hums poucos homens,
e não as provas, que depõem da existencia da acção e de suas cir-
cunstancias, decidirá da sorte de outro homem e do interesse da socie-
dade. Não he a lei, nem o interesse publico quem o pune, he a
consciencia doutros homens quasi mais culpados do que elle pelo
abuso que fazem da authoridade confiada. Mas a lei he mais
culpada do que elles, por ministeres occasioneis para o crime. Os
Jurados são responsaveis á sociedade por todos os males que
se despoem, he a consequencia, porque são filhos não da esta-
de publica mas dos contrarios principios de igualdade e
solidade, com que humã seita desorganizadora pertence ac-
tos sua rebeldia e sua usurpação. He mister desmoralizar o
o, e entregallo á desconfiança para melhor subjuzgalle, porque
quanto mais corrupto tanto mais he proprio para ser

Jurados nomeados para conhecerem dos abusos da imprensa nas
intensões de qualificação da escripta não pnderem outras razões em
lho de sua decisão, se não que consultando sua consciencia acharem o escripto
inculto em tal artigo da lei. he outro retrograsso produzindo semelhantes dicta-
mes de consciencia, porque posto estaria a razão? O caso seria de fustigar
de decedir.

errado. Favorecer suas paixões tem por certo conseguido seus perversos intentos. Com estas vistas aboliram-se as diversas penas e decretou-se que nenhuma fosse punida sem culpa formada. Nos versumes dos povos procedeu-se a estas motivos para semelhantes disposições, mas não se descobrirão meios de empecer os males que a falta de tais medidas devia acarretar. Dispunha-se aos offendidos os crimes ordinarios para reclamarem em juizo a reparação da offensa, mas não se reflectiu que elles por involocarem as mais das vezes incommodos superiores á offensa vão favorecer a impunidade. Qualques possão receber a morte, certo se podião subtrahir-se em quanto se lhe forma a culpa.

Parece que a Constituição só tem por fim favorecer os malfeitos. Agora só para o canalha deixar o homem de bem exposto ao insulto dos perversos e sem abrigo. A privação só permitte um fragmento de facto ou depois de culpa formada acarreta a impunidade e a insubordinação do povo. Quando o delicto se commette, os encargos da policia, rarissimas vezes estão presentes, ou logo sobrecom, e as circunstancias por inclinação, odio, difficuldade fraguena, respeito ou indifference não procuram ~~de~~ demais das vezes segurar o malfector. A formação de culpa não soffrendo menor embaraço, traz quasi sempre muitas delongas; as testemunhas poucas, vezes estão logo a mão, e suas relações particulares com o offendido ou com o malfector sempre demandão repão perguntado muito de espaço, porque o tempo oppuzendo tudo nãta incerteza. O povo não requisa os ordens de humma authoridade que não tem.

porque o homem leva-se pelo medo, como disse Hobbes, he elle que por via de regra determina suas accões. Assim a authoridade deve sempre se alicerçar de hum poder capaz de conter o povo no respeito, por ser a base mais solida da tranquillidade publica, e o mais firme apoio da ordem social.

Os Portuguezes tinham hum bem antiga lei que authorizava os seus hum accusado em privar-se por tres dias sem formação de culpa. Os seus abusos erão mais inferiores a sua utilidade. O arbitrio pode coactar-se até certo ponto, mas passos alem he dar ao crime. Na verdade esta lei ajustava-se bem com o estabelecimento dos Jurados, porsem ajustava-se bem com a outra? Creio que não, ao menos que denunciado o crime o Juiz electivo não seja authorizado a formar culpa. Então os Povos sofrerão os mesmos males que outrora os obrigarão a pedir Juizes de Fora. Se mais dicto os Jurados se tomarão conhecimento dos factos em epochas marcadas, por não poderem estar sempre reunidos. O delicto será punido, quando d'elle for quasi passada a memoria, pelo que o povo se habituaria indistinctamente a ser cruel. Se a promptidão no artigo he vantajosa, porque a morosidade motiva a expensas e impunidade, e se he exemplo de barbaridade. Mas esta promptidão he impossivel com o systema dos Jurados, por tanto este estabelecimento não tem a utilidade civil que os Hespanhetas lhe attribuirão.



Poderão, Senhores Legisladores Liberaes, de meu modo de pen-
sar se encontra com o plano apresentado pelo celebre Democrata
o Deputado Bastos, sustentado pelo Deputado Borges Carmeiro
famoso Broussel dos nossos dias, e aprovado por tantos homens ex-
celles; porque o systema dos Jurados só pode ter lugar nos Esta-
dos Republicanos, por não ser obra de bem concertada politica, mas
humna instituição Republicana. O antigo Governo Portuguez,
foi sempre Monarquia moderada pollas Classes do Estado. To-
das as nossas instituições até o principio do século passado se
sentem disso: mas láhi em diante cabendo em deurea derão lo-
gos a novas costumes accomodados aos do resto da Europa. Porém em
nos antigos tempos ou nos modernos nunca tivemos Jurados. Anti-
gão he cousa mui differente, não erão juizes authorizados para de-
cidirem todos os negocios, porém sôem homens escolhidos a opor-
tunidade dos factos, que nellas se compromettia para a decisão de
hum negocio dado sem a intervenção das justicias. O uso dos ar-
bitros he mais antigo do que geralmente se pensa, e deve sua
origem a costumes hoje perfeitamente apagados. He mui boa ins-
tituição para povos barbaros: felices forão elles com similhan-
te descoberta, porque os põem a abrigo de muitos resguardos.
Mas não pode ter lugar entre povos civilizados, porque he
tem melhor desenvolvida a razão, também tem mais refi-
nadas as paixões. Hum systema he tanto mais prejudicial,
quanto mais he susceptivel de abusos. A facilidade de se
descobrir meios de abusos, bem como a difficuldade de attor-
mos os abusos está na razão directa da civilização dos povos.

O homem quanto mais adulto, instruido, e polido, tanto seu coração está mais infectado. Flamma trista experiencia abona esta asserção. Os jurados sofrem muitos abusos, e por isso não converem.

Sustende-se contrabalançar estes males pella economia. Fuzeste principio! Deves sepultar a Nação no abismo da anarquia a troco de alguns contos de reis!! Que sistema he este, Hesitantes? Não he hum sistema desorganizador? Não vai de encontro com o fim das leis, que he a manutenção da ordem na sociedade? Ah! alucinados, que ideis preparas com estas leis o tumulto para todos os Portuguezes, e reduzis o ~~caos~~ paiz a hum deserto. Attentas, attentas que a vida dos homens por mais preciosa não he para se trocar a dinheiro. Se persistis, a vossa sera a primeira escombada, porque sereis victimas do vosso sistema. A lei surda aos clamores dos homens não vos ouvidra, porque nos horrores da anarquia sua acção impotente não poderá conter as paixões desenfreadas pella esperanca da impunidade, e sustentados pella utilidade de partido. Os bons vos abominarão como causa de seus males, e os malos não saberão poupar-vos. Poupar a sociedade, embora não se consiga esta economia, por que semelhantes economias não são para quezer, por comprometterem a segurança da Patria.

Mas que economias são estas? em que consistem? Diréis que

a Nação fica menos gravada com tributos, por não ter a despesa
ordenada com hum grande numero de Magistrados. Porém des-
antigos tempos não temos estabelecidas entre nos as braçagens?
Não pagão os peltiteantes as custas dos processos, e não ficam sa-
tisfeitos com isso os Magistrados, e os peões fazendo-se-lhes justiça?
ca? Respondeis que he hum tributo indirecto, que alem de perer,
obriga muita gente a não buscar justiça pelo modo da despesa,
quando com o vosso estabelecimento Republicano a administra-
ção da justiça he gratuita. Gratuita! Oh miseraveis! Quem
achaes desporto a feres desperas, por sahis de cara ainda em
serviço da Nação, sem que seja indemnizado por algum modo?
Não vos alucineis com o espirito de positivismo. Todos querem
paga de seu trabalho, porque a utilidade he o fim de todas
as acções de homem. Os jurados serviram de graça! Tantos
exemplos que imitar tem elleis em vos! Com isso não abri-
a porta ao peulato? Os Magistrados, que haõ de estar a to-
ta dos jurados, querião feres profissão de buona vida, que se-
lhes accounta incornados responsabilidade e desperas sem ne-
nhum interesse? Os juizes que haõ de ser pagos pelo them-
ro, entao em que o allivias? Por certo fica mais sobrecarregado
de desperas, porque sendo a administração da justiça gratui-
ta, os ordenados dos Magistrados sabem equivales a seu traba-
lho, e com elle a sua sustentação e interesses. Portanto não
será mais suave hum tributo indirecto lançado sobre a ad-
ministração da justiça, que ajudando a sustentação do magis-

trabalho alivie o Thesouro? Não será mais justo hum tributo sobre a administração da justiça em pagamento do trabalho feito em serviço dos peticionantes? E por este modo as partes não serão mais promptamente servidas? "Nunca o publico he mais fielmente servido, diz hum Economista Ingles, do que quando a recompensa nasce do serviço, e he ucha proporcional com a diligencia empregada em servirlo (27)." Além de que não vides, que saís ora á má fé á chicana, porque as partes decabendo nada perdem, e veniendo podem ganhar muito, e pollo menos satisfazer suas paixões? Acaso julgas e vitas a malicia e o dolo, contrabalançando-o com alguma pena? De balde o pensares assi. Demais feres leis para com os crimes he principio abominavel. Antes pagar as custas decabendo da acção, do que ser continuamente incommodado pollo má fé. Se as custas e a desima não são copiosas de contes a má fé dos litigantes, como hum castigo ineffecto, pollo difficuldade de provar o dolo, poderá contes os mal intencionados?

Dizem que feitos os Codigos a importancia das custas será mais diminuta, porque ha de haver menos processos. Mas não se reflecte que os Codigos podem só abreviar os processos, e não expurgar a malicia dos homens sua causa; a qual não cessa no assiduo trabalho de subtrahir-se a lei, porque he huma cegueira que deixamos nos outros e aborrecemos em nos. Versee
27, Smith. Regras dos Juizes, liv. 5. Cap. 1. Post. 2.

que os Districtos são muito desproporcionados, e os emolumentos da justiça muito diminutos e irregulares, por modo que possa maior parte na idade de ferro de Portugal. Feita a divisão estatística do Reino o numero dos Juizes de Fora diminuiria consideravelmente, e o Estado poderia melhor pagar o serviço. Estes Magistrados tendo por toda a profusão a vista publica e applicariao ao bom andamento dos negocios contenciosos e administrativos, e os dirigiriao de modo mais proveitoso para os Povos.

Novas instituições Legislativas separarão o poder administrativo do contencioso, dando aquella as Camaras e esta aos Juizes; e puzerao humma barreira entre hums e outros marcando-lhes suas attribuições, só por estas duas palavras administrativo e contencioso (28). Não vimos, que não desta modo crear humma authoridade sem acção, e que entre ellas devia haver continuos choques, porque sendo heterogeneas estavão em continuado contacto. Segundo nossas antigas leis o poder administrativo estava de tal sorte amalgamado com o contencioso, que sem hum corpo de legislação inteiramente contrario, por conforme ao novo systema, estas novas instituições não podião ter hum andamento regular. A organização das Camaras era inteiramente differente; seus membros escolhidos entre os homens bons das terras erão nomeados por El Rei, e este corpo Aristocratico era presidido pelos Juizes tambem nomeados por El Rei. Estes revestidos da jurisdição necessaria para

28, 1.^a Lei da Organização das Camaras.

a antaressão dos negócios desigiam as guerras, das larmoras, ~~as~~ fa-
rias e peccatos. Respeitava-se a Camara por seu poder e pelos mem-
bros que a compunham; porque "aos olhos dos homens, como disse Mi-
rabaud na Assembleia Nacional de Francia, os empregos ordi-
nariamente obtêm consideração, segundo a idea que se for-
ma das pessoas que os prestam e occupão (29)."

Entre nos as camaras foram sempre humas especies de Con-
celhos compostos dos homens bons das terras, para a direcção dos
negócios economicos e administrativos de certo numero de povo-
ações. Com a Monarchia tinha commecado entre nos esta
instituição, ainda que os Romanos tinham ja estabelecido al-
gumas nas povoações a que tinham dado o privilegio de muni-
cipio. Porém os Povos do Norte que invadirão a Europa, tudo
destruirão e formaram novos estabelecimentos, e novos ~~deix~~, e
com elles novos usos e novos costumes. Tudo se esqueceu, e foi
mister que as sciencias e as artes espartadas da Grecia pdes-
sido dos armas dos Turcos viassem refugiar-se na Italia para
que a Europa recobrasse sua antiga rigurosidade, e suas antigas
instituições, que a puros de mal avançados erão menos barba-
ros que o feudalismo que nesse tempo invadira a Europa (30).



29) Collec. dos Hab. na assembl. nacion. Tom. 6.

30) Hist. mod. para servir de cont. a hist. ant. de Roden, Vol. 9. pag. 329.

Conquistada a Síria pelos Turcos no meio do século undécimo, to-
 dos os Christãos, que peregrinavam nesses paizes, lavados de veneração pelos
 lugares sanctos, em que Jesus Christo tinha consumado a redempção do
 genero humano, ficaram expostos aos ultrajes que eram para elles
 de povos barbaros. Os Califas conhecendo as vantagens destas per-
 grinações pelas riquezas, que osromeiros de Jerusalem dissipavam
 nos seus Estados a tiro de Arquebuz, provocaram o zelo religioso dos
 povos da Europa, que olhavam aquelle paiz como destinado por Deus
 para herança do seu povo escolhido. No fim do século decimo
 commecaram estas peregrinações, por se pensar que os fadigos, perigos
 e despesas que ellas eram inseparaveis servião de expiação a quasi
 todos os crimes. Tinha sido origem a esta peregrinação huma
 vez vaga de que o mundo hia a acabar, porque estavam cumpridos
 dos mil annos de que falla S. João. Os Christãos consternados
 huns doavam ou testavam seus bens em favor dos conventos, outros
 vendião-os para suprir as despesas da peregrinação, e todos deixavão
 suas familias e seus amigos para hirem a terra sancta, ac-
 creditando que Jesus Christo devia então vir ali julgar os ho-
 mens (31).

O mau tractamento que os Christãos Romeiros de volta
 dos lugares sanctos virião haver recebido dos Turcos, indignou a Europa,
 e o Monge Pedro Hermita clamando por toda a parte guerra con-
 tra os Infieis dispôs os Principes e os Povos a formar huma

31) Roberts. Hist. cit. Introd. sec. 1.

Curada. O Concilio de Placencia e o de Clermonte declarou por he-
ma obra santa, e quasi toda a gente tem sustinção de riquezas,
profissão ou luxo se moveu contra os Turcos (32). Persia, que
a Europa, desde a Primeira Commença, como arrancada pelo fun-
damento, hia precipitar-se toda sobre a Ásia. Dois seculos se
passaram na tentativa de conquistar ou guardar a terra santa
com sacrificios de muitos milhares de homenz e imensos thesau-
ros, mas todos os esforços se baltarão, porque foram expulso.

Com tudo os costumes e legislação da Europa ganhava, porque
os Cruzados atravessando paizes mais bem cultivados e Estados mais
civilizados trazião de volta novos usos e novas instituições. As
Cidades da Italia, por obterem então grandes privilegios, retomava
seu commercio e commecarão a trafficar com a Ásia (33). Seu
Governo interior foi alterado, e formando concelhos obtiverão o pri-
vilegio de jurisdicção municipal. A residencia dos Imperadores
da Alemanha longe da Italia e as bulhas em que estavam en-
tinhaamente empenhados com os Papas e contra seus mesmos
vassallos favorecia muito esta instituição. No comeco do se-
culo undecimo algumas Cidades aproveitando-se destas circumstan-
cias arrogião novos privilegios, e unirão-se com vinculos estre-
tos formando corpos politicos governados por leis feitas a contento

32, Buring, liv. 6.

33, Hist. mod. cit. vol. 9. pag. 408. — Morat. antiq. Ital. v. II. p. 882-3.

geral dos habitantes. Outros compraram os mesmos privilégios aos Imperadores, que lhes vendião satisfactor, e que não estavam em circumstancias de negar-lhe. Até bem mais conseguiram a graça da immunição em modo que antes de findar a Cruzada todas as cidades principaes da Italia tinham conseguido comprado ou exporquido os privilégios da Municipalidade.

Bem não era feita esta mudança politica na Italia, quando Luiz o Gordo de Franca commecçou a dar Cartas de Municipalidade ás cidades de seus dominios, para contrabalançar o poder dos grandes Vassallos do Reino, que muitas vezes lhe dictavão a lei. Os grandes Barões espartos de dinheiro por suas grandes despesas, que lhes occorrião nas expedições á Terra Santa, adoptavão ferozmente o exemplo de sua lei vendendo tambem estas cartas ás cidades que lhe erão sujeitas; porque a perca disso ser contrario a seu poder e os interesses presentes lhes farião esquecer os males remotos. Pelo mesmo tempo as cidades de Alemanha commecçavão a adquirir semelhantes immunições, e este uso se copiou por toda Hespanha e demais Estados Europeos sujeitos ao governo feudal.

Assi na Europa a instituição das Camaras, Concelhos ou Municipalidades data do mesmo tempo em que teve commecço a Monarchia Portuguesa. Henrique de Borgonha segundo sobrinho do Rei Henrique 1.º de Franca vindo com outros feidalgos servir na Hespanha contra os Mouros a instancia de seu Tio Affonso 6.º

de Castella levou os alcaides da Reino de Portugal (34). Os senhores reis
 seus successores levados de varios motivos derão fôcos a differentes perso-
 aões, accommodando-se assim ao uso geralmente adoptado. Erão elles as
 Cortes de Municipalidade contendo porisso não menos os privile-
 gios de que gozavam seus habitantes, do que os tributos que pagavam.
 Entre os privilegios se contava o de serem governados por seus homens
 bons das terras juntas em concelho, ao que damos hoje o nome de Ca-
 maras. Tinhaõ authoridade que inda hoje conservão de fazer dis-
 posições particulares para o arranjo e bom governo dos povos que
 lhe erão sujeitos; conheciaõ das desavenças entre a gente do con-
 celho, e seu Presidente era encarregado da execução. Cuidavão
 na segurança interior: o Alcaide com seus Quadri-theiros erão
 os Officiaes encarregados da Policia, e recibião as ordens imme-
 diatamente dos Alcaides-Mores, os quaes erão effeito das medi-
 das concertadas com as Camaras, a cuja testa estavão (35). A
 segurança exterior tambem era de seu cargo. Quando chama-
 dos heiaõ a guerra com as gentes das sua jurisdicção: tributavão
 os mesmos serviços, que os senhores feudaes, porque era huma
 povoação elevada a ordem de feudataria, com os mesmos encar-
 gos e privilegios que tinham os Feudatarios da Coroa. Dos serviços
 que prestavão aos senhores reis na guerra nasceu o uso dos liti-

34) Hist. de Port. trad. por A. de Moraes e Silva, Tom. I. lib. I.

35) R. Ord. Liv. I. Tit. 65—XII.



partes que inda conservão as Camaras.

Esta instituição mui alterada pollo arranjo das Ordens, ora extintas pertencem os Hieronitas fere recursos no estabelecimento das Guardas Nacionais postas as ordens das Camaras. Couza notavel? Abolirão-se as Ordenanças, instituição preciosa por facilitar o armamento de toda a Nação em pé de guerra quando atacada ou fôr de resistir defendê-la, e crião-se Guardas Nacionais que são as mesmas Ordenanças constitucionais mente criadas!? Não se conhece sua utilidade com o nome de Ordenanças, e reconhece-se com a denominação de Guardas Nacionais? Com tanta ligeireza procedem nossos intrinsecos legisladores! Assim se fascina com palavras, que nenhuma influencia tem na entidade das cousas?

Mas como quer que fôr, as Guardas Nacionais fôrão criadas para se lhes confiar a segurança interior, dizendo são para armar os que fazem das armas sua profissão, por terem sido sempre a espora do Despotismo. Em prova trar-se a memoria Carlos 4.^o e Luiz 9.^o de França e muitos outros Reis que se deram a avassaladora os povos com a gente que effectivamente tinham em armas não advertindo os Rebeldes Hieronitas, que elles mesmos se tinham servido della para obterem seu triumpho no anno vinte. Affora isto quasi se estabelece hoje na Europa o que he foi util noutro tempo he quasi perdoado, por fôr ella retrograda tanto quanto he o tempo decorrido das de então para cá. O

Sistema das tropas em pé de Ordinanças foi útil no tempo em que a arte da guerra não formava hum plano regular, nem demandava hum exercício; mas nos tempos das tem hum pé contrario abraçado por todos os países: por isso he forçoso não arrebat do plano geral, a não queris perder a existência politica. A Republica Romana, de que tanto se fella, si hoje existia teria seguido o mesmo plano. Ella sentia bem a sua utilidade nas vantagens e recuos que experimentou. Se não tivesse deixado relaxar sua disciplina militar, Annibal não seria vencedor em Trebia, no Trasimeno e em Canas; nem por igual motivo o mesmo Annibal vencedor dos Romanos perderia a Batalha de Zama. Também em tempos mais modernos Turana não seria batido em Valencienas pelo Principe de Condé, nem o vencedor de Reeris, Friburg, Nortingue e Lens seria vencido em Aras pelo Visconde de Turana.

Tropas bem disciplinadas sempre foram úteis as nações para o ataque e para a defesa; e se ellas não estão em proporção com as forças do Thesouro porque rarão novos impostos legisladores abolirão muitos tributos indirectos, quando a segurança he o unico serviço que o homem tem a exigir da sociedade, e não a quimerica igualdade e liberdade? O publico não se beneficiou, e as rendas do Estado desfalcarão-se. Ahi apenas alguns particulares ganharam com a redução dos foros estabelecidos sobre os Bens da Coroa, percebendo parte dos Thesouro e parte dos particulares ordinariamente em remuneração de serviços feitos, quando geralmente estes foros ou pensões tinham nascido de avenças feitas entre os administradores e os colonos.



Com semelhante disposição ataca-se a propriedade, que se tenha declarado inviolável, e caeu-se hum empecimento geral por organos espiões
 eor creadas pella lei. Por isso augmentando-se a Dívida Publica buscam
 se hum pretexto para lançar hum tributo. — Os principios Histo-
 ricticos foram a origem da maior parte das suas leis, por serem as crea-
 das que novos intrusos Legisladores tenham empregado para subir ao
 cumme da grandera e dominar os outros. Conseguirão-o e ficarão satis-
 feitos. Perseão seus interesses e lucraão de chope os dos Portuguezes,
 não attendendo que semelhante procedimento aponta mais a neces-
 sidade da reaccão. " Quando os defectos da forma ou da administra-
 "ção do Governo, diz, Robertson, produzem na sociedade desordens
 " excessivas e intoleraveis, o interesse commun desobre e emprega
 " logo os remedios mais proprios a destruir o mal: porque os homens
 " podem suportar muito tempo luez inconvenientes; mas quan-
 " do os abusos chegam a certo ponto, he mister que a sociedade acabe,
 " ou que se reforme (36). "

S. J. M.

(36) Roberts. hist. cit. Introd. Sec. 1.

M. N. E., cx. 18 m.° 4 n.° 62